



CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

CPE - UNIVERSIDADE / PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

www.pormassas.org / nº 60 / Fevereiro de 2020



POR

AO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN: Avaliar o que foi feito e organizar as próximas lutas

O 39º Congresso do ANDES-SN ocorre em uma conjuntura de profundos ataques contra as instituições de ensino e a educação, e contra os direitos e conquistas do conjunto dos trabalhadores no Brasil e no mundo. Todas as análises de conjuntura partirão desta constatação. Os fenômenos do capitalismo em crise tornaram-se mais evidentes, e suas manifestações, mais profundas.

A questão para o movimento docente, bem como para os trabalhadores em geral, é não apenas reconhecer e descrever tal quadro, mas atuar sobre a luta de classes que se projeta em função desta conjuntura, avaliando as derrotas, as traições e os erros ocorridos, superando os impasses colocados pelas direções dos movimentos, e organizando os próximos passos para que as lutas que, inevitavelmente, surgirão possam servir de resistência aos ataques e às contrarreformas, e ganhar terreno na luta anticapitalista e anti-imperialista.

Superar os impasses e ilusões

A realidade que temos pela frente é dura: como combater as Reformas Trabalhista e da Previdência já aprovadas, como barrar as Reformas Sindical e Administrativa em curso, como reverter a política educacional de destruição das universidades, das escolas e da educação pública em geral e, por fim, como conquistar a unidade de todos os explorados para fazer frente a esse quadro de ataques. A esta situação concreta é que o 39º Congresso deve dar uma resposta.

Não duvidamos de que a maioria absoluta dos participantes deste Congresso tem em mente esta responsabilidade: avançar na organização da luta, para fazer frente a esta conjuntura. Para isso, é preciso avaliar o que foi feito, e as respostas já dadas.

As Reformas de Temer e Bolsonaro obrigaram a uma unidade burocrática das centrais sindicais. CUT e Força capitanearam a organização das mobilizações e greves gerais que ocorreram em 2017 e 2019. A CSP-Conlutas, bem como nosso sindicato, estiveram subordinados, de forma minoritária, à frente burocrática, em função das divisões organizativas do passado recente. As maiores centrais sindicais, como desenvolvemos em nossas contribuições, traíram os movimentos, enfraqueceram as greves gerais e, assim, conduziram à derrota. A aprovação das contrarreformas, os ataques aos direitos, a ofensiva aos serviços públicos e ao funcionalismo não são o resultado direto e natural da crise capitalista; são também o resultado da política de conciliação de classes, que se manifesta, não só nas eleições, mas também no interior das lutas, dos movimentos e dos sindicatos.

Assim, um primeiro impasse que correntes, partidos, grupos e mesmo a Direção de nossa entidade se coloca advém da separação mecânica entre a descrição das ações dos governos (sejam nacional-reformistas ou populistas, sejam direitistas ou ultra-direitistas), e a ação das direções dos movimentos, dos sindicatos, das centrais.

Há uma unidade em termos de colaboração, no atual momento, entre a ação dos capitalistas e seus governos, e a ação das direções dos trabalhadores. Esta unidade impede que separemos artificialmente o “conservadorismo” e os ataques dos governos de

plantão da traição que as direções têm efetivado, da colaboração com os ataques. Se é verdade que a CUT e a Força Sindical (para citar as maiores centrais) são corresponsáveis pela aprovação das contrarreformas, não é menos verdade que a política que a CSP-Conlutas representa, por um lado divisionista, por outro, subordinada à aliança das maiores centrais que traíram as massas, e na qual mergulharam diferentes grupos, partidos e a Direção do ANDES-SN, também é parte do processo de derrota que os trabalhadores enfrentaram e enfrentam na atualidade.

Nosso primeiro passo para superar esse impasse é lutar contra a ilusão construída ao longo do último período: não são “novas” formas organizativas que vão permitir resistir à ação dos diferentes governos. Hoje e desde sempre, a unidade organizativa e política dos explorados é um princípio dos lutadores classistas.

A divisão interessa à burguesia, ao Estado capitalista e aos burocratas corrompidos que vivem dos aparatos. É preciso fazer um balanço da política divisionista que existiu no passado, e hoje se reatualiza com o fracasso político e organizativo da CSP-Conlutas.

A integração, de forma subordinada, à frente burocrática que traiu as greves gerais contra as reformas Trabalhista e da Previdência, sem denunciar a colaboração das direções majoritárias com a efetivação dessas contrarreformas, anulou a possibilidade de que a CSP-Conlutas expressasse ainda que parcialmente a independência política.

Hoje, petistas e outros reformistas vão atacar a divisão, mas vão obscurecer o papel dos governos petistas, que mantiveram aberto o caminho das contrarreformas e desarmaram o movimento de massas com a estatização e burocratização de suas organizações. Ocularão o papel da CUT nas recentes derrotas do proletariado brasileiro. Trata-se, como se vê, de uma farsa para combater a direção do ANDES-SN, que embarcou na aventura divisionista, e agora se encontra em um impasse diante de suas bases e diante das correntes e partidos (PCB e PSOL), que buscam manifestar novas divisões.

Qualquer discussão organizativa ou de método passa pela avaliação da política empreendida, dos caminhos já tomados. É preciso partir do balanço da existência das traições e das derrotas que os trabalhadores no país sofreram. Com efeito, deve-se avaliar o papel das centrais, antes e agora, sem perder os elos entre a estatização, o burocratismo e o fenômeno do divisionismo. O fato é que as direções, dos partidos de esquerda, das centrais sindicais, de nosso próprio sindicato, buscaram sempre os caminhos mais fáceis a serem tomados. Derrotar, por exemplo, a direção cutista era e ainda é uma tarefa para todos os militantes classistas, que não se isolam em suas lutas corporativistas, e entendem que o ataque ao funcionalismo, por exemplo, está intimamente ligado ao ataque à classe operária, ou que a Reforma Sindical proposta é parte da nova configuração que a exploração do trabalho assume, com a Reforma Trabalhista aprovada.

A avaliação e o balanço desse processo histórico e das derrotas sofridas são parte, portanto, de nossa luta para erguer a mobilização e a luta para 2020. Nesse sentido, precisamos também avaliar

nossas forças e apontar as lutas que podemos, com estas forças, empreender, como a organização da greve nas instituições de ensino, dirigidas por nosso sindicato. A organização da greve na educação é parte da luta para retomar a Greve Geral, colocando, na prática, uma ação geral sobre o movimento sindical e dos trabalhadores.

Devemos também, no interior da CSP-Conlutas, defender a necessidade da unidade organizativa e política do proletariado brasileiro, o que significa voltar a travar uma luta com a burocracia cutista, forcionista, para erguer uma Única Central do conjunto dos trabalhadores do país, constituída a partir da derrocada das direções burocráticas, colaboracionistas ou direitistas, e por meio da mais ampla democracia operária.

De fato, é ilusória a saída apontada por vários agrupamentos e pela própria Direção, de que um novo “Fórum”, um novo “Encontro da classe trabalhadora” podem dar conta do problema da divisão do movimento sindical brasileiro, e estar à altura para responder a esta realidade dura que todos nós conhecemos. O caminho mais fácil, como estabelecer uma nova ruptura, agora com a CSP-Conlutas, e deixar o nosso sindicato “solto”, a exemplo do que aprovou recentemente a direção do SINASEFE, é também contribuir para que os ataques e as contrarreformas continuem avançando no próximo período.

A vanguarda classista que nosso sindicato comporta deve tomar nas mãos a tarefa de combinar a luta contra as contrarreformas com a luta para derrotar as direções burocráticas da CUT, da Força Sindical, e buscar a unidade. Isso se faz com ação política, organização da greve em nossas bases, e com a defesa do programa proletário, de defesa da unidade organizativa de todos os explorados, o que deve se iniciar a partir da CSP-Conlutas. Só assim será possível se contrapor às tendências desagregadoras que as sucessivas derrotas têm imposto à nossa categoria, bem como ao conjunto dos trabalhadores, e às falsas promessas e ilusões que os reformistas querem novamente erguer, diante do governo ultradireitista de Bolsonaro. Assim, defendemos:

1. *Retomar a propaganda e agitação em torno da Greve Geral, a partir da construção da greve na Educação;*
2. *Responder ao divisionismo sindical com a política da unidade política e organizativa de todos os explorados;*
3. *Rejeitar a tentativa de retorno do ANDES-SN à CUT, por expressar uma disputa aparelhista, e não voltada à superação da fragmentação do movimento sindical e operário.*
4. *Lutar pela realização de um Congresso de Unificação de todos os trabalhadores do país, a partir de suas reivindicações elementares, da democracia e dos métodos próprios da classe operária.*
5. *Que o Andes se posicione por um congresso da CSP-Conlutas que tenha por objetivo discutir e decidir sobre a defesa de uma única central classista, independente e democrática.*

Responder aos ataques à Educação pública e ao funcionalismo

Depois da contrarreforma da Previdência, o governo Bolsonaro pretende avançar sobre os serviços públicos com a chamada “Reforma Administrativa”. Vimos o que significou, em 2019, a política de bloqueios e cortes de gastos para as universidades e institutos federais. Os governos estaduais seguem a diretriz do governo federal. Há um só plano que caminha para maior mercantilização e privatização da educação.

Do mesmo modo, compreendemos o que representa a PEC Emergencial, que descarregará sobre as costas do funcionalismo todo o peso da crise do Estado. Todos temos claro o projeto do governo, e sabemos o quão necessário é lutar para barrar esta política, daí a necessidade objetiva de organizar a greve da educação como um elo para a greve do funcionalismo e para a retomada da Greve Geral.

Nesta conjuntura, as reivindicações contra as medidas do governo são o ponto de partida, mas é necessário, também em função des-

sa conjuntura, apontar para as reivindicações e um programa mais geral de luta contra o sistema capitalista. Nesse sentido, por exemplo, a recente nomeação do Reitor do Mackenzie para a presidência da CAPES põe às claras a impossibilidade da coexistência pacífica entre o ensino público e o privado. FIES, PROUNI, Future-se, bloqueios e cortes nas pesquisas e nos projetos fazem parte de uma mesma lógica privatista, que não só impede que a educação pública se expanda, como progressivamente atua para destruí-la. Esta é uma constatação que coloca a necessidade de que as reivindicações elementares se unam às gerais, tanto na propaganda quanto na agitação, em cada uma de nossas lutas. A bandeira de um Único sistema público de ensino, gratuito, laico deve então aparecer com força, e servir de eixo de nossa luta, porque responde, não só aos ataques imediatos dos governos, como à política geral dos capitalistas.

A compreensão da relação entre as reivindicações elementares e as gerais também deve nos colocar diante do problema do método das lutas. A luta para derrotar o conjunto de medidas contra a educação e os ataques contra o funcionalismo e os trabalhadores em geral passa também pela organização da unidade dentro e fora das instituições de ensino. A pressão parlamentar, a ação junto às reitorias, a divisão entre estudantes e trabalhadores, nada disso favorece o caminho a ser trilhado para resistir aos ataques e às contrarreformas.

Se a greve das instituições de ensino pode ser um caminho imediato para apontar a necessidade da Greve Geral e resistir aos ataques contra a Educação pública, é preciso organizá-la de modo a apontar, desde o início, a unidade com outros setores, com o conjunto de trabalhadores que também enfrentarão ataques dos capitalistas e dos governos, e apontar as reivindicações gerais que defendem a educação, o funcionalismo e os explorados do país. Nossas contribuições ao Congresso aprofundam a discussão dos ataques e das contrarreformas, assim como apontam a necessária ligação entre as lutas imediatas e a defesa da revolução social, proletária, que deve ser propagandeada desde já. Reafirmamos aqui alguns pontos centrais que devem orientar a luta em nosso setor para o próximo período:

1. *Rejeitar integralmente o Projeto Future-se, e lutar pela sua derrubada;*
2. *Pela constituição de assembleias universitárias verdadeiramente soberanas, deliberativas e com voto universal, para rejeitar o “Future-se” e organizar a luta;*
3. *Não sujeitar o movimento aos métodos de tentar convencer os parlamentares; organizar a luta desde os locais de trabalho e nas ruas;*
4. *Unir o funcionalismo por meio de comitês de base e assembleias democráticas, para derrubar a PEC Emergencial.*
5. *Contra a terceirização, efetivar todos os terceirizados com os mesmos direitos e salários, e exigir concursos para as novas vagas.*
6. *Contra a quebra da estabilidade do funcionalismo, defender a estabilidade a todos os trabalhadores.*
7. *Construir uma nova greve geral para revogar as contrarreformas Trabalhista, da Previdência, a lei da terceirização e defender os empregos, direitos, salários, meio ambiente e soberania nacional.*
8. *Defender a formação de uma Frente Única Anti-imperialista contra a privatização da Petrobras, Eletrobrás, Metrô, Embraer, Correios, Bancos Públicos, saúde, educação, Previdência, e a entrega da Base de Alcântara aos EUA. Pelo não pagamento da dívida pública.*
9. *Rejeitar a estratégia da reconstituição de um governo burguês nacional reformista, e a consequente tática de disputa parlamentar/institucional, como via de solução dos problemas vividos pela classe e pelo conjunto dos oprimidos; erguer a defesa da estratégia do governo operário e camponês, que só pode ser fruto da revolução social, e da consequente tática da ação direta das massas, a tomada da resolução dos problemas em nossas próprias mãos, com independência de classe.*